

Desinformação das políticas de créditos de carbono: disputas de sentido em vídeo sobre comunidade amazônica

Disinformation About Carbon Credit Policies: Disputes Over Meaning in Video About Amazonian Community

Simão Farias Almeida

UFRR, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Boa Vista, RR, Brasil

Daniela Batista da Silva

UFRR, , Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Boa Vista, RR, Brasil

Resumo

O presente estudo analisa as disputas de sentido em torno das políticas de crédito de carbono, tomando como estudo de caso o documentário da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a comunidade amazônica Santo Ezequiel Moreno, em Portel/PA. A pesquisa investiga como a desordem informacional se manifesta nesse contexto e como as narrativas audiovisuais são estrategicamente utilizadas na disputa por *frames*. A análise do *framing* audiovisual, à luz da teoria de Willoquet-Maricondi, demonstra como a CPT utiliza a linguagem do ecocinema para construir uma narrativa que contrasta diretamente com o discurso hegemônico das empresas de carbono. A pesquisa conclui que as narrativas midiáticas a respeito dos créditos de carbono não apenas reforçam assimetrias de poder, mas também ocultam os impactos socioambientais, silenciando vozes e invisibilizando a sabedoria ecológica das comunidades.

Palavras-chave: Créditos de carbono. Desinformação. Disputas de sentido. Comunicação cidadã.

Abstract

This study analyzes the disputes over meaning surrounding carbon credit policies, taking as a case study the Pastoral Land Commission (CPT) documentary about the Amazonian community of Santo Ezequiel Moreno, in Portel, Pará. The research investigates how information disorder manifests

itself in this context and how audiovisual narratives are strategically used in the dispute for frames. An analysis of the audiovisual framing, in light of Willoquet-Maricondi's theory, demonstrates how the CPT uses the language of ecocinema to construct a narrative that directly contrasts with the hegemonic discourse of carbon companies. The research concludes that media narratives about carbon credits not only reinforce power asymmetries but also hide socio-environmental impacts, silencing voices and rendering the ecological wisdom of communities invisible.

Keywords: Carbon credits. Misinformation. Disputes over meaning. Citizen communication.

Introdução

A crescente valorização de mecanismos de compensação ambiental, como os créditos de carbono, insere-se no contexto das chamadas soluções de mercado para o enfrentamento das mudanças climáticas (Missio, 2024). Contudo, a aplicação dessas políticas na Amazônia brasileira tem suscitado tensões e questionamentos, sobretudo por parte de comunidades tradicionais impactadas por projetos que, embora sustentados por discursos de sustentabilidade, frequentemente desconsideram os modos de vida locais e instauram novas formas de controle territorial (Costa *et al.*, 2022).

Esse cenário revela uma problemática central: a emergência da “desordem informacional” e das disputas de sentido em torno das políticas de crédito de carbono, capazes de distorcer ou invisibilizar as vozes comunitárias. O documentário *Créditos de Carbono e as Resistências das Comunidades*, produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), constitui o objeto de análise deste estudo. A obra exemplifica como um vídeo informativo mobiliza recursos de *framing* e de enquadramento documental, organizados cena a cena, para evidenciar os conflitos em torno das políticas de crédito de carbono. Em sua narrativa, o documentário, em um primeiro momento, constrói um enquadramento que destaca a lógica de mercado, enfatizando indicadores econômicos e argumentos de eficiência. Em seguida, estabelece um enquadramento de empatia, ao conferir centralidade às vozes de moradores e lideranças comunitárias que denunciam promessas não cumpridas e impactos negativos dos projetos. Posteriormente, adota um enquadramento de conflito, alternando entre narrativas corporativas e comunitárias, de modo a revelar como a retórica da sustentabilidade pode atuar como instrumento de ocultamento e legitimação de práticas de exploração.

Nesse contexto, o enfrentamento da desinformação assume papel fundamental na superação do silenciamento midiático das perspectivas contra-hegemônicas. A “desordem informacional” caracteriza-se pela circulação massiva de conteúdos manipulados ou falsos, que enfraquecem a capacidade crítica da

sociedade e obscurecem a compreensão pública de questões complexas (Wardle e Derakhshan, 2023). No caso amazônico, a desinformação sobre as políticas de carbono funciona como dispositivo de invisibilização, reforçando assimetrias de poder e legitimando interesses externos aos territórios (Costa *et al.*, 2022). A narrativa documental, portanto, não é neutra: constitui-se como uma estratégia comunicacional e política para dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas e problematizar a legitimidade das soluções de mercado que negligenciam dimensões sociais e culturais.

Diante desse quadro, este artigo tem como objetivo geral compreender os mecanismos discursivos de produção e circulação da desinformação sobre créditos de carbono em comunidades amazônicas. Para isso, busca-se: (1) analisar como a desordem informacional se manifesta através das estratégias discursivas presentes em um vídeo produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a comunidade ribeirinha Santo Ezequiel Moreno (PA); (2) analisar os enquadramentos narrativos (*framings*) utilizados para tratar dos créditos de carbono e seus impactos; e (3) refletir sobre as formas de resistência simbólica mobilizadas pela comunidade frente a discursos hegemônicos, contribuindo para uma política de comunicação cidadã.

Esta pesquisa busca compreender como a desinformação opera em contextos socioambientais marcados por vulnerabilidades históricas e disputas políticas. Ao analisar os sentidos em disputa em torno das políticas de créditos de carbono, o estudo busca revelar implicações simbólicas e práticas desse fenômeno, reforçando a importância da circulação de informações confiáveis e da valorização das vozes de comunidades locais na construção de alternativas socioambientais justas.

Para tanto, a estrutura deste artigo está organizada em três seções. A primeira, *Políticas de crédito de carbono e disputas de sentido no jornalismo*, aborda a temática a partir das contribuições teóricas de Ramos, Miranda e Torres (2024), Costa *et al.* (2023) e Almeida (2025). A segunda seção, *Desinformação e desordem informacional*, explora o fenômeno e suas disrupções com base no construto conceitual de Wardle e Derakhshan (2023) e em discussões de comunicação cidadã de Antonio Hohlfeldt (2010). Por fim, a terceira seção, *A Análise do Framing e as narrativas de resistência no documentário da CPT*, aplica a lente teórica de Bentes (2015) e Willoquet-Maricondi (2010) para a análise das representações e dos enquadramentos presentes no documentário da CPT.

Procedimentos metodológicos

Este estudo adota uma abordagem de pesquisa qualitativa de caráter documental, com o objetivo de analisar as narrativas audiovisuais e os enquadramentos de sentido em um material de denúncia socioambiental. O objeto do estudo é o vídeo produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a comunidade Santo Ezequiel Moreno, localizada em Portel, Pará, selecionado por sua relevância enquanto instrumento de resistência e comunicação cidadã.

A pesquisa bibliográfica forneceu o arcabouço conceitual para a análise, organizando-se em três eixos. O primeiro, que discute as políticas de crédito de carbono e suas disputas no jornalismo, fundamenta-se nas contribuições de Ramos, Miranda e Torres (2024), Costa *et al.* (2022) e Almeida (2025). O segundo, que aborda a desinformação e a desordem informacional, baseia-se em Antonio Hohlfeldt (2010) e Wardle e Derakhshan (2023). Por fim, o terceiro eixo, que analisa as narrativas audiovisuais e o *framing*, utiliza as perspectivas de Bentes (2015) e Willoquet-Maricondi (2010).

Para sistematizar o estudo e possibilitar o confronto entre o discurso hegemônico presente nos projetos de carbono e as narrativas comunitárias, elaborou-se uma tabela analítica, a qual organizou os principais elementos investigados: o discurso hegemônico, o discurso da comunidade, os tipos de desordem informacional identificados, bem como a análise do *framing* e as evidências observadas no documentário. Essa sistematização permitiu compreender como a linguagem do ecocinema documental opera na construção de enquadramentos que valorizam os saberes tradicionais e os modos de vida locais.

No desenvolvimento da análise, foram considerados o uso da linguagem audiovisual para expressar o vínculo entre cultura e sobrevivência, a presença de denúncias relativas aos contratos e seus efeitos sobre a vida comunitária, bem como os recursos narrativos e estéticos que tensionam o discurso oficial da sustentabilidade empresarial. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar as implicações simbólicas e as estratégias de resistência acionadas pelas comunidades. Esse procedimento metodológico possibilita refletir criticamente sobre a comunicação como instrumento de luta política em contextos de invisibilização, contribuindo para a construção de um conhecimento ecológico que legitima a autonomia comunitária¹.

¹ Por se tratar da análise de um documento público, não houve a coleta de dados junto a seres humanos, portanto, não se aplica a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Políticas de créditos de carbono e disputas de sentido no jornalismo

O debate sobre créditos de carbono tem se destacado nas últimas décadas como uma das principais alternativas no enfrentamento da crise climática global. Desde a criação do Protocolo de Kyoto, em 1997, mecanismos de compensação ambiental vêm sendo utilizados como instrumentos para conter as emissões de gases de efeito estufa (Missio, 2024). Entretanto, sua consolidação ocorreu com o Acordo de Paris, de 2015, que estabeleceu a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Nesse contexto, o mercado de carbono foi apontado como estratégia central para mitigar o desmatamento, incentivar atividades sustentáveis e alinhar economia e meio ambiente (Ramos; Miranda; Torres, 2024).

Apesar das promessas associadas a esses mecanismos, os projetos de créditos de carbono têm sido alvo de intensos debates críticos. Ramos, Miranda e Torres (2024) destacam que, ao permitir a compensação de setores poluidores das suas emissões por meio de investimentos em projetos ambientais, muitas vezes não ocorre a transformação estrutural necessária para enfrentar a crise climática. O mecanismo acaba legitimando a manutenção do modelo econômico vigente, marcado pelo *business as usual*, que preserva a lógica extrativista e a dependência de combustíveis fósseis. Dessa forma, em vez de romper com a dinâmica que gera degradação ambiental, os créditos de carbono podem perpetuar desigualdades e instaurar novas formas de exploração.

Um aspecto central das críticas refere-se à relação desses projetos com comunidades tradicionais e povos da floresta. Ramos, Miranda e Torres (2024) argumentam que a lógica financeira aplicada ao território promove processos de expropriação, nos quais empresas de carbono transformam florestas, rios e modos de vida em ativos negociáveis no mercado de capitais. Essa dinâmica ignora a autonomia das populações locais, ameaça seus direitos territoriais e culturais e reproduz formas de concentração fundiária análogas ao latifúndio.

Na Amazônia, os conflitos em torno de projetos ambientais evidenciam os limites do mercado de carbono como solução climática. Experiências em estados como o Pará demonstram que comunidades quilombolas e ribeirinhas têm sido abordadas por empresas de créditos de carbono sem a devida transparência e, muitas vezes, sem consulta livre, prévia e informada, conforme preveem convenções internacionais (Ramos; Miranda; Torres, 2024). Tais projetos, ao prometer benefícios financeiros futuros, criam divisões internas, fragilizam a organização comunitária e geram desconfiança quanto aos reais objetivos dos investidores.

Esses conflitos demonstram que iniciativas como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), mecanismo de recompensa financeira da ONU pela preservação e pelo manejo de florestas, podem funcionar como novos mecanismos de apropriação da natureza e mercantilização da vida. Ao priorizar interesses empresariais e financeiros, não garantem a proteção efetiva das florestas nem contribuem para a redução da pobreza. Pelo contrário, colocam em risco a sobrevivência de comunidades que historicamente atuam como guardiãs da biodiversidade (Ramos; Miranda; Torres, 2024). A forma como esses eventos são noticiados é crucial, pois, como apontam Costa *et al.* (2022), a cobertura jornalística sobre a Amazônia muitas vezes reforça estereótipos, ignora a complexidade local e falha em destacar as vozes dos próprios povos da floresta. Essa abordagem superficial contribui para a invisibilidade das lutas e dos impactos sociais que o mercado de carbono impõe a essas populações.

Baseados em Hannah Arendt, Costa *et al.* (2022) analisam a relação entre poder, violência e política, ressaltando que a política se sustenta na verdade factual. Para os autores, os fatos são frágeis e podem ser manipulados, e a ausência da política abre espaço para a violência como forma de imposição. O poder é visto como a capacidade de agir coletivamente, enquanto a violência é uma ferramenta de controle. Essa perspectiva é aplicada para discutir narrativas sobre a Amazônia construídas por representações midiáticas e discursos políticos, silenciadores das vozes de comunidades tradicionais e capazes de distorcer informações. A manipulação de fatos e imagens, potencializada pela mídia e pela tecnologia, cria uma realidade substituta que muitas vezes sobressai aos fatos em si.

A análise de Costa *et al.* (2022) problematiza se o jornalismo apenas reproduz o discurso dominante ou se apropria de informações para confrontá-lo, destacando que o silenciamento de vozes é uma forma de violência. Assim, o controle da informação e a construção de significados tornam-se instrumentos políticos que moldam a percepção pública sobre as ações humanas no meio ambiente. Nesse contexto, os autores ressaltam que a Amazônia se constitui como um território atravessado por contradições históricas e por narrativas que forjaram sua representação social e simbólica. Desde a sua chamada “invenção” — compreendida como um processo de construção discursiva e imagética a partir de olhares externos e coloniais — a região tem sido representada por meio de oposições como “civilizados/incivilizados” e “modernidade/tradição”. Tais narrativas, em grande medida, são produzidas por perspectivas exógenas que pouco dialogam com a realidade das populações locais, reiterando estereótipos e cristalizando visões generalistas. Nessa direção, os autores observam que a Amazônia

vive quase em permanente processo de afirmação e contradição, seja pelas narrativas que forjaram sua construção entre civilizados e incivilizados, modernidade e tradição, seja pelas informações que são veiculadas sobre o seu território e seus povos, que muitas vezes não correspondem à realidade, pois são reiteradas a partir de leituras opacas e enviesadas por ‘crenças’ e ‘certezas’ cristalizadas ao longo do processo de sua formação histórica e social, em que o pensamento ocidental/exógeno formatou o território (Costa *et al.*, 2022, p. 268-269).

Essas representações são impregnadas de concepções ocidentais que formataram um imaginário misto de exotismo e conservadorismo, obscurecendo a diversidade de povos e experiências. Costa *et al.* (2022) enfatizam que o jornalismo tende a reproduzir uma visão unívoca da Amazônia, privilegiando determinadas interpretações em detrimento da diversidade de vivências. Isso resulta em narrativas homogêneas que obscurecem a multiplicidade de realidades e reforçam estereótipos de um território mítico. Para os autores, o enquadramento midiático da região muitas vezes ignora sua complexidade social, cultural e ambiental, limitando uma compreensão crítica.

O papel do jornalismo como mediador social é central para a forma como a sociedade compreende a crise climática. Ao construir suas narrativas a partir do senso comum, o jornalismo seleciona e organiza os acontecimentos de acordo com lógicas institucionais, revelando sua dupla dimensão: traduzir a realidade social e, ao mesmo tempo, reconstruí-la simbolicamente. Sob a perspectiva da hermenêutica de profundidade, as narrativas jornalísticas não apenas descrevem fatos, mas reinterpretam um campo já interpretado por outros sujeitos sociais. Costa *et al.* (2022) ressaltam que, embora o jornalismo tenha a capacidade de ampliar o horizonte de conhecimento do público, ele não escapa de contradições, silenciamentos e limitações, pois sua matéria-prima, a informação, exige um compromisso ético do jornalista com a complexidade do mundo.

O histórico e os debates críticos em torno dos créditos de carbono mostram que, embora concebidos como solução, esses mecanismos ainda se inserem em uma lógica capitalista que privilegia a especulação em detrimento da transformação real (Ramos; Miranda; Torres, 2024). Os conflitos na Amazônia evidenciam que a implementação desses projetos deve ser analisada em suas implicações sociais, políticas e territoriais, além da dimensão ambiental. Conforme ressaltam Ramos, Miranda e Torres (2024), pensar alternativas para a crise climática exige considerar a centralidade dos povos da floresta e a necessidade de romper com modelos de desenvolvimento que continuam a produzir exploração e expropriação sob novas formas. Essa ruptura passa também pela forma como a própria crise é narrada, exigindo, como aponta Almeida (2025), a integridade da informação climática na cobertura jornalística de desastres. A cobertura midiática precisa ir além da superfície, não se limitando a relatar eventos extremos

isolados, mas conectando-os às suas causas estruturais, como o modelo de mercado que privilegia a especulação em vez da transformação real.

A desinformação climática é um desvio informacional que opera por meio da distração, da confusão, da apatia ou da sobrecarga informacional (Almeida, 2025). Esse desvio pode convergir com o engano deliberado das *fake news* ou a especulação negacionista. Essa abordagem amplia a compreensão sobre a desinformação, evidenciando que nem todo engano ou especulação é necessariamente falso, mas que todas contribuem para desviar a atenção, neutralizar ou minimizar os impactos das mudanças climáticas.

A integridade da informação climática, segundo Almeida (2025), depende de estratégias capazes de combater esses desvios. Isso inclui a provisão de verdades documentadas, a realização de pesquisas interpretativas e investigativas, o confronto de versões e a valorização de evidências confiáveis. Tais práticas permitem legitimar reações e disrupções em defesa de sujeitos vulneráveis socioambientalmente, contribuindo na compreensão dos efeitos e impactos das mudanças climáticas.

Nesse contexto, a atuação jornalística desempenha papel central. Reportagens investigativas e notas de agências de checagem podem interpelar e contestar narrativas hegemônicas, incorporando vozes de comunidades subalternizadas, como indígenas, quilombolas e pequenos agricultores (Almeida, 2025). A legitimação dessas vozes permite superar a concentração de poder simbólico e a hegemonia de discursos alinhados a interesses capitalistas. Almeida apresenta ainda um conjunto de soluções estratégicas dirigidas ao enfrentamento dos desvios informacionais, visando à ampliação da visibilidade crítica e à promoção de interpretações fundamentadas sobre as mudanças climáticas. Adicionalmente, o autor ressalta que a desinformação climática está intrinsecamente relacionada a estruturas de poder e cultura, mobilizando percepções ideológicas que reproduzem desigualdades e consolidam a hegemonia de grupos dominantes, particularmente aqueles alinhados aos combustíveis fósseis.

Ao analisar os discursos permeados por lutas de poder, colonialistas e pós-coloniais, Almeida (2025) explica que as práticas jornalísticas atuando contra os desvios informacionais podem deslocar, substituir ou projetar sentidos hegemônicos, garantindo às perspectivas subalternas a conquista de espaço de visibilidade e de voz. A integridade da informação climática no século XXI, segundo Almeida (2025), depende da implementação de estratégias consistentes de combate à desinformação, às *fake news* e ao negacionismo. Ele utiliza como referência o Índice de Democracia Ambiental (Instituto Centro de Vida; Transparência Internacional Brasil, 2025), que aponta lacunas significativas nos estados da Amazônia Legal

e do Centro-Oeste, particularmente na proteção de defensores ambientais, na participação da sociedade civil e na disponibilidade de informações ambientais essenciais. Essas deficiências comprometem a democracia ambiental e a qualidade das informações socioambientais e climáticas.

Nesse contexto, Almeida (2025) enfatiza a importância de valorizar as vivências de comunidades vulneráveis, caso dos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e pequenos agricultores, incluindo práticas de subsistência, saberes tradicionais, uso de tecnologias sociais e apoio institucional. Tais vivências permitem uma interpretação crítica dos impactos climáticos e das políticas ambientais, fortalecendo a integridade da informação e ampliando a visibilidade de atores historicamente marginalizados. O autor sugere que essas estratégias podem ser ampliadas para outros biomas, considerando as especificidades regionais, de modo a fortalecer a produção de informações confiáveis e a participação da sociedade civil nos processos de gestão ambiental. A abordagem contribui para a construção de um debate mais robusto sobre a integridade da informação climática no Brasil, articulando ciência, políticas públicas e protagonismo comunitário.

Desinformação e desordem informacional em contextos comunitários

Compreender a integridade da informação climática exige um aprofundamento sobre os mecanismos estruturantes da desordem informacional. Esse fenômeno, que engloba tanto a desinformação deliberada quanto a circulação de conteúdos imprecisos, representa um dos principais desafios para o jornalismo na era digital. Analisar a difusão de *fakes*, a manipulação de fatos e a construção de narrativas enganosas nos permite entender de que modo a percepção pública sobre a crise climática é distorcida e como essas dinâmicas afetam diretamente a ação política e a vida de comunidades vulneráveis.

À luz de Antônio Hohlfeldt (2010), esse debate pode ser visto enquanto parte de uma política comunicacional orientada à visibilidade, ao reconhecimento e à cidadania, que se contrapõe à apatia social e ao monopólio dos grandes meios. Nos termos do pesquisador, a comunicação não deve ser reduzida à lógica mercadológica ou aos interesses de grupos empresariais hegemônicos. Em vez disso, ela deve ser entendida como um espaço de mediação democrática, no qual vozes plurais, identidades e demandas sociais podem se expressar.

Nessa linha de raciocínio, essa perspectiva de mediação democrática converge para o que Bastos (2021, p. 224) define como o “tensionamento entre diferentes perspectivas de luta da/na comunicação”. Para o autor, a comunicação desenvolvida pelos movimentos populares, como a CPT, não é um processo

neutro, mas uma prática que visa a qualificar a ação política no âmbito da cidadania. Assim, o fazer comunicativo em Portel assume o papel de enfrentar o que Bastos denomina como o senso comum hegemônico, transformando a informação em ferramenta de resistência territorial.

Nesse sentido, ao afirmar que “o conceito de interesse público transcende o estatal”, Hohlfeldt (2010, p. 98) evidencia a necessidade de ampliar a esfera pública, incorporando sociedade civil, movimentos sociais, mídias regionais e locais como atores ativos no processo comunicativo. Esse posicionamento se aproxima da preocupação de Hohlfeldt com a criação de micropolíticas comunicacionais capazes de garantir não apenas o acesso, mas também o exercício do direito à comunicação em escala comunitária, fortalecendo processos de visibilidade cidadã e de valorização cultural.

A valorização da mídia regional e local, a qualificação dos profissionais e o estímulo à presença de minorias nos conteúdos midiáticos demonstram a busca pelo reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas. Segundo Hohlfeldt (2010), essa perspectiva se articula à noção de que a comunicação é um direito humano fundamental, devendo ser orientada à inclusão social e à promoção da diversidade. Assim, a crítica se volta aos grandes meios de comunicação, frequentemente invisibilizando experiências locais, uniformizando culturas e silenciando vozes periféricas.

A denúncia de que o Estado “virou as costas” para a construção de uma política de comunicação efetivamente democrática confirma a avaliação de Hohlfeldt (2010) sobre a postura histórica do governo brasileiro, que privilegia interesses políticos em detrimento da cidadania:

Infelizmente, as coisas não evoluíram como queríamos e a implantação do modelo japonês para a televisão digital brasileira uma vez mais ignorou a cidadania nacional, constituindo-se em “erro histórico”, evidenciando que a comunicação continua sendo tratada exclusivamente como “uma moeda de troca política”, na avaliação de muitos pesquisadores (Hohlfeldt, 2010, p. 99-100).

Conforme destaca Hohlfeldt (2010), a superação da omissão estatal e da concentração midiática é crucial na construção de uma comunicação plural, descentralizada e voltada à cidadania. O autor critica, sobretudo, a ausência de políticas públicas estratégicas que transformem os avanços tecnológicos em ferramentas de visibilidade e reconhecimento social, o que perpetua a lógica do imprevisto e da falta de planejamento por parte do Estado.

A partir dessa perspectiva, a omissão estatal mencionada por Hohlfeldt reflete o que Bastos (2021, p. 227) identifica como o “esvaziamento do sentido político de cidadania”, onde o status de cidadão é

reduzido ao consumo ou à caridade. No caso dos ribeirinhos de Portel, a resposta a esse esvaziamento manifesta-se na busca por uma cidadania ampliada. Segundo o autor, essa noção articula a manutenção dos direitos civis e sociais à luta contra a desigualdade estrutural que nega a igualdade jurídica' (Bastos, 2021, p. 232). O documentário, portanto, atua como um espaço de repolitização, denunciando que a cidadania plena no Marajó só é possível mediante o combate à lógica exploratória do capital.

Nessa lógica, o controle sobre a produção e difusão de conteúdos culturais permanece concentrado, mesmo com a infraestrutura tecnológica consolidada, como ressalta Hohlfeldt (2010). Essa concentração restringe a pluralidade de vozes e limita o espaço público. Nesse contexto, o autor defende a formulação de uma política de Estado que ultrapasse a lógica de mercado, integrando a comunicação a um instrumento de democratização e participação social. Assim, o avanço técnico e econômico deve estar atrelado à promoção da cidadania e da diversidade cultural, para que a comunicação não se restrinja a um setor puramente econômico.

Ao analisar as políticas nacionais de comunicação, Hohlfeldt (2010) defende que elas devem ser compreendidas enquanto estratégias de visibilidade, reconhecimento e cidadania, cumprindo a função social da comunicação. Tais políticas não podem ser vistas como programas de governo isolados, mas sim iniciativas contínuas responsáveis por incorporar cultura e educação a fim de construir vínculos com referências nacionais, locais e alternativas. Isso exige ampliar o acesso comunitário às tecnologias, superar as barreiras digitais e incentivar a participação da população em processos de deliberação pública.

Sob essa perspectiva, a cidadania é compreendida não apenas como um status jurídico, mas uma prática política e social que se molda por interações, valores e experiências culturais. O exercício pleno da cidadania, contudo, enfrenta obstáculos em sistemas econômicos marcados pela desigualdade. De acordo com Hohlfeldt (2010), é imprescindível ampliar a participação da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas, garantindo que as decisões sejam pautadas pela inclusão, pelo reconhecimento e pelo fortalecimento do espaço público. Nesse processo, a dimensão informacional se torna central: a produção, circulação e interpretação de informações constituem fatores decisivos direcionados à mobilização social e à efetividade democrática.

Hohlfeldt (2010) também enfatiza que os desafios das políticas de comunicação no Brasil estão diretamente ligados à necessidade de garantir visibilidade a grupos historicamente marginalizados, a exemplo de jovens, negros, indígenas, mulheres e minorias sexuais. Para isso, o poder público deve

oferecer apoio técnico e financeiro, assegurando o direito pleno à informação, a pluralidade de canais, a transparência nas ações governamentais e a criação de mecanismos institucionais de participação social. Complementarmente, o autor aponta a importância da fiscalização democrática, do reconhecimento das diferenças regionais e da definição de responsabilidades sociais no uso da mídia.

A análise de Hohlfeldt sobre a falta de políticas comunicacionais robustas demonstra a ausência de um planejamento estratégico para a participação social, abrindo espaço a lacunas informacionais preenchidas por discursos distorcidos. Wardle e Derakhshan (2023) reforçam essa perspectiva ao destacar que a poluição informacional contemporânea vai além dos rumores históricos, definindo-a como uma rede complexa de motivações para criar e consumir informações “poluídas”. Esse processo é projetado para aprofundar divisões sociais e, no documentário produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a comunidade Santo Ezequiel Moreno, essa rede se manifesta no assédio de empresas de crédito de carbono (REDD+), em que o discurso técnico é usado para desestruturar relações ancestrais.

Para lidar com o fenômeno, os autores propõem três categorias de classificação que se materializam de forma estratégica no território marajoara: a informação falsa (*misinformation*), a desinformação (*disinformation*) e a informação maliciosa (*mal-information*). Nesse contexto, a informação falsa manifesta-se no desconhecimento técnico que isola a comunidade. Como relata Sônia do Socorro, coordenadora da Associação Comunitária, no audiovisual, o mercado chega prometendo “milhões de reais” e cálculos de “toneladas” ininteligíveis, criando um vácuo informacional que impede a avaliação real de contratos que comprometem gerações. Já a desinformação assume um caráter predatório, conforme denunciado por Teofro Lacerda, coordenador da Associação Comunitária, e Nilson Correia, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Portel: o documentário revela que, durante a pandemia, empresas utilizaram a distribuição de cestas básicas para coletar assinaturas, ato criminosamente ressignificado como um “termo de anuência”. Aqui, a falsidade fabrica um consentimento jurídico inexistente, explorando a fome e a vulnerabilidade.

Sob essa ótica, a desarticulação dessas táticas de engano deliberado exemplifica a construção da hegemonia popular. Conforme Bastos (2021, p. 234), a natureza da comunicação contra-hegemônica reside no posicionamento político dos movimentos. Ao desmascarar o uso instrumental do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o assédio das empresas, a CPT promove o protagonismo dos ribeirinhos, o “proletariado” na direção da própria luta (Bastos, 2021, p. 236). Não se trata apenas de produzir conteúdo, mas de garantir

que os sujeitos locais assumam a liderança na produção de sentidos sobre seu território, desafiando a hegemonia dos “democratas vacilantes” do mercado de carbono.

Por fim, a informação maliciosa transparece no uso do CAR. O assessor Carlos Pantoja explica que o CAR, embora documento oficial, é distorcido para fins de grilagem digital. Utiliza-se um dado verdadeiro de gestão para “provar” a posse de empresas sobre áreas ancestrais, visando a deslegitimar a posse da comunidade. Assim, o audiovisual da CPT atua como uma ferramenta de verificação, reforçando a necessidade de diferenciar a verificação de fatos da verificação de fontes, como sugerem Wardle e Derakhshan (2025).

Diante da força performativa de conteúdos fabricados na sociedade da informação, o público raramente é passivo; qualquer intérprete pode se tornar um agente de resistência. Esse ciclo reforça a urgência de políticas comunicacionais que articulem transparência, pluralidade e cidadania digital como instrumentos de enfrentamento à desordem informacional no “capitaloceno”, adjetivo associado à destruição ambiental promovida pelas elites com interesses prioritariamente economicistas. O documentário, neste contexto, não apenas denuncia a vulnerabilidade social, mas evidencia a complexa engrenagem de manipulação presente nos projetos de carbono no Marajó.

Partindo dessa premissa, a análise do documentário permite identificar como as categorias de informação nociva operam de forma sistêmica. A desinformação e a informação falsa não aparecem como erros isolados, mas como táticas deliberadas de persuasão que exploram a vulnerabilidade social, como no caso da manipulação de documentos durante a distribuição de cestas básicas. Da mesma forma, a informação maliciosa (*mal-information*) se consolida na instrumentalização de dados legítimos, a exemplo do Cadastro Ambiental Rural (CAR), para conferir uma aparência de legalidade a práticas de grilagem digital. Assim, o audiovisual da CPT não apenas registra esses fatos, mas desmascara a lógica do engano proposital que sustenta o avanço dos projetos de carbono sobre territórios tradicionais.

A dinâmica da desordem informacional manifesta-se no ciclo de agentes, mensagens e intérpretes (Wardle e Derakhshan, 2025). As empresas de carbono atuam como agentes, com um objetivo econômico e utilizando o CAR em um aparato de grilagem de terras. Sua mensagem é um discurso de proteção ambiental que esconde cláusulas contratuais de 30 a 40 anos, inviabilizando práticas tradicionais. A comunidade, por sua vez, intérprete crítico, usa sua sabedoria ancestral e memória de expropriações para resistir e negar as propostas. A amplificação da desordem informacional ocorre predominantemente por

meio de práticas presenciais, caso do assédio direto e da distribuição de cestas básicas. O caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno ilustra a necessidade de políticas de comunicação que assegurem o fortalecimento da autonomia e da capacidade crítica das comunidades. A resistência local emerge, portanto, como elemento central na luta contra a desinformação, reafirmando o direito fundamental à comunicação (Wardle e Derakhshan, 2025).

A complexidade do fenômeno da desordem informacional no caso do Marajó não pode ser compreendida apenas pela análise das categorias de conteúdo e dos agentes envolvidos. A forma como essa narrativa é construída e percebida, tanto pelos moradores quanto pelo público, revela a importância de uma análise do *framing* (enquadramento) e das narrativas audiovisuais que moldam a percepção pública. A abordagem da Comissão Pastoral da Terra, a partir de seu documentário, é um exemplo contundente do uso estratégico da linguagem visual e da estrutura narrativa, capazes de contestar discursos hegemônicos e dar visibilidade a vozes subalternizadas, oferecendo um contraponto crucial às narrativas de empresas e do mercado.

A análise do *framing* e as narrativas de resistência no documentário da CPT

A reflexão sobre a alteridade no cinema brasileiro contemporâneo levanta questões fundamentais acerca do audiovisual na construção das representações do “outro”. Nesse contexto, Bentes (2015) aponta que os filmes frequentemente elegem o pobre urbano como figura recorrente de alteridade. Diferente da pobreza rural, que já havia sido tematizada em produções do Cinema Novo, o “pobre das cidades” é um objeto privilegiado do documentário, da ficção e do discurso televisivo, ocupando simultaneamente lugares de temor, tolerância e conhecimento (Bentes, 2014). Essa tripla posição não é neutra, pois traduz relações de poder e saber nas quais o outro é sempre pensado em função de categorias que implicam distanciamento e, muitas vezes, assujeitamento.

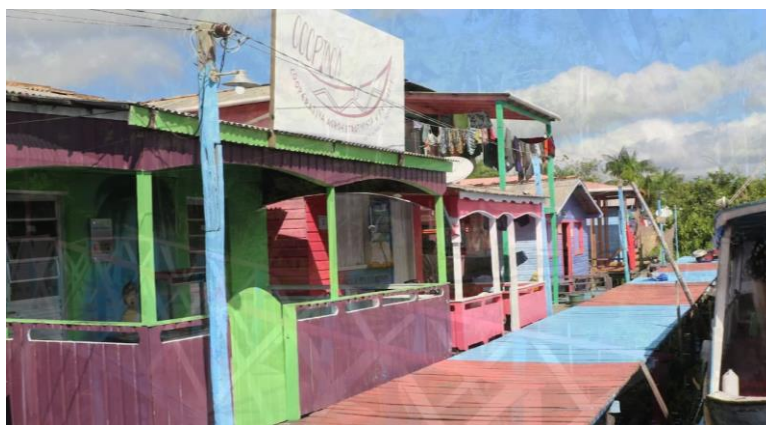
Nesse movimento, a produção audiovisual relacionada aos territórios da pobreza, das periferias e dos guetos frequentemente reproduz clichês estéticos e narrativos herdados do telejornalismo, que funciona como matriz de codificação do real (Bentes, 2015). Muitas obras de ficção e documentário, ao se apropriarem dessas linguagens, reforçam estereótipos já cristalizados, retificando a imagem do sujeito subalterno ou marginal. Contudo, é possível observar uma importante deslocção na produção audiovisual brasileira, especialmente com a emergência de práticas oriundas das periferias, das culturas indígenas, ribeirinhas, quilombolas, dos Pontos de Cultura e de políticas públicas. Esses espaços permitem a

construção de narrativas nas quais os sujeitos antes representados de forma passiva passam a ser agentes de sua própria fabulação (Bentes, 2015). Segundo Bentes, a centralidade da questão da alteridade exige que se abandonem categorias problemáticas, a exemplo da “subalternidade”, “exclusão” ou “marginalidade”, que correm o risco de se converter em novos clichês teóricos.

Podemos apontar nesses discursos uma fragilidade conceitual: a busca e a afirmação das “identidades sociais” e a insuficiência das teorias das representações sociais para dar conta das singularidades do que podemos chamar de vidas-linguagens. A produção audiovisual relacionada aos territórios da pobreza, nichos e guetos reproduz, como em muitos dos filmes sobre as favelas ou com elas, os clichês e estéticas dominantes do telejornalismo. O telejornalismo, funcionando como matriz de ficções e fabulações de um real já previamente codificado e configurado, por sua vez, alimenta os filmes de ficção (Bentes, 2015, p. 96).

Em vez de buscar identidades fixas, trata-se de compreender a singularidade de vidas-linguagens, ou seja, expressões de existências em modos sensíveis, estéticos e políticos próprios. Nessa perspectiva, o audiovisual “fora do lugar”, produzido a partir de territórios não institucionalizados, carrega consigo um potencial político-estético que pode ser pensado como uma “bioestética”: um campo em que a vida, em sua potência e devir, constitui-se como matéria estética (Bentes, 2015).

Figura 1



Casas da Comunidade

Fonte: Documentário da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Essa bioestética é materializada visualmente na Figura 1, onde a vivacidade do território de Portel é capturada pelas passarelas e cores da vila. Como aponta Fernão Ramos (2008), o documentário estabelece uma relação com o mundo exterior que permite ao espectador confrontar-se com a “espessura da representação”, onde a imagem não é apenas um registro, mas uma afirmação ética da existência daquela comunidade. Sob esse prisma, a questão não está em fetichizar essas produções como uma expressão autêntica do outro, tampouco em lhes conferir legitimidade essencialista. O desafio, ao contrário, é reconhecer a força de invenção e a capacidade de produzir novas formas de sensibilidade e de

disputa política que essas práticas audiovisuais revelam. Nesse horizonte, a alteridade não é apenas objeto de representação, mas um campo de experimentação capaz de convocar o espectador a confrontar-se com diferentes modos de existência e a pensar novas possibilidades de vida e de estética no cinema brasileiro contemporâneo (Bentes, 2015).

A reflexão de Bentes (2015) sobre a comunicação ganha centralidade quando se compreende que a disputa por narrativas está diretamente ligada ao exercício da cidadania. Nesse sentido, pensar a comunicação para além da lógica instrumental implica situá-la num espaço de visibilidade e reconhecimento, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades históricas e pela exclusão de vozes subalternizadas. Enquanto os grandes meios frequentemente operam de forma apática frente às demandas sociais, reproduzindo silenciamentos e invisibilizações, iniciativas comunicacionais comprometidas com a pluralidade cultural e a defesa de direitos propõem uma ruptura com esse padrão (Bentes, 2015). Elas instauram uma política comunicacional que não apenas informa, mas promove o diálogo, a valorização da diversidade e o fortalecimento da cidadania. Assim, a comunicação se apresenta enquanto uma arena de disputas simbólicas, na qual a visibilidade não é apenas representação, mas também um direito fundamental, capaz de assegurar a presença ativa de grupos historicamente marginalizados no espaço público.

Nessa produção de narrativas, a maneira como a informação é enquadrada torna-se um elemento crucial para a disputa política. A análise do *framing* permite compreender a mídia e outros agentes sociais na disseminação de interpretações específicas de eventos e realidades, moldando a percepção do público e a própria agenda de debates (Willoquet-Maricondi, 2010). O conceito de ecocinema, proposto por Willoquet-Maricondi (2010), é fundamental para essa análise. O autor diferencia filmes meramente “ambientalistas” – apenas tematizam a natureza de forma superficial – daqueles que se inserem na categoria do ecocinema, os quais carregam uma intencionalidade transformadora e se voltam à educação, conscientização e ação. O documentário da CPT sobre a comunidade de Portel se encaixa perfeitamente nesse segundo grupo, atuando como um dispositivo de enquadramento que constrói uma nova narrativa.

Para compreender a força dessa narrativa, é preciso recorrer ao conceito de Fernão Ramos (2008) sobre a natureza do documentário. O autor defende que o filme documental não deve ser visto como uma janela neutra para o mundo, mas como uma “proposição assertiva”. Isso significa que cada plano escolhido é uma afirmação que o documentarista faz sobre a realidade, carregada de um posicionamento ético e de

uma busca pela “verdade” na representação. Ao fugir da neutralidade, o filme assume a responsabilidade de dizer: “isso existe e é assim”.

Figura 2



Relato da moradora Luiza Cardoso dos Santos
Fonte: Documentário da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Essa “asserção” de verdade ganha rosto e voz na Figura 2. Conforme propõe Ramos (2008), ao focar no depoimento direto e no close, o documentário estabelece um “eixo ético” que valida a fala dos moradores como uma evidência incontestável da realidade. O enquadramento deixa de ser apenas estético para se tornar um dispositivo de peso político, a partir do qual a presença soberana do sujeito na tela desmascara, visualmente, as narrativas de desinformação das empresas. É justamente nessa capacidade de indexar o real através da imagem assertiva que reside a força do filme, operando como um poderoso mecanismo de *framing* que não se limita a relatar a desinformação, mas a desmascara visualmente, construindo uma “bioestética”, a partir da qual a vida e a natureza da comunidade se tornam a prova mais forte de sua autonomia e resiliência.

Essa estratégia cinematográfica é um exemplo perfeito segundo Willoquet-Maricondi (2010), alinhada à capacidade do ecocinema de reorientar a percepção do espectador. O documentário estabelece seu próprio quadro interpretativo, contraposto diretamente às narrativas hegemônicas. O documentário utiliza a montagem e a sequência de cenas a fim de criar um efeito de *framing* que atua em dois níveis. Primeiramente, ele enquadra Portel a partir de sua própria organização e sabedoria ancestral. Enquanto os entrevistados relatam as promessas vazias das empresas de “altas remunerações” e “melhorias”, o vídeo mostra a simplicidade e a engenhosidade do modo de vida local. A fala sobre “usar o dinheiro para melhorar as condições dos moradores” é contraposta visualmente pelas imagens das passarelas de madeira

construídas pela própria população, com seu fundo solidário. Essa oposição visual mostra a comunidade como um agente autônomo e capaz, refutando a ideia de que ela precisa de ajuda externa.

Em segundo lugar, o documentário enquadra a relação entre a comunidade e a natureza sob uma perspectiva ecocêntrica, ou seja, sustentável. Quando os moradores relatam que em outras comunidades as crianças foram impedidas de pescar ou que não podem mais tirar madeira, o documentário mostra, imediatamente, crianças pescando em canoas e pés de açaí cheios de frutos. A narrativa verbal do perigo e da proibição é confrontada pela realidade de uma vida em harmonia com a natureza. A cena das crianças pescando, em particular, apresenta a “natureza” não como um recurso a ser protegido à distância, mas um espaço de vida, cultura e subsistência. Essa é a essência do ecocentrismo de Willoquet-Maricondi (2010): a vida humana não está separada do ambiente, mas é parte integrante dele.

Figura 3



Crianças brincando na canoa

Fonte: Documentário da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A integração orgânica vista na Figura 3 reforça esse argumento ecocêntrico na prática. Ao utilizar o visual para mostrar que a preservação não é um conceito abstrato de mercado, o filme materializa o cotidiano marajoara, onde a natureza é parte indissociável da existência humana. A partir desse enquadramento, o documentário não apenas informa, mas constrói uma “bioestética”, através da qual a vida e suas práticas se tornam a própria matéria artística. A riqueza da natureza em Portel, os açaizais e a pesca não são apenas um cenário, mas o argumento visual mais forte contra a narrativa das empresas. Eles

funcionam como o verdadeiro valor daquela terra, um valor que não pode ser capturado e monetizado por um projeto de carbono.

Em vez de se limitar a mostrar a vulnerabilidade, o documentário enfatiza a potência da comunidade, construindo uma narrativa de resistência. A CPT, como mediadora, usa o audiovisual para dar visibilidade a essa sabedoria, enquadrando Portel como um modelo de ecologia. Essa visibilidade se consolida por meio do que Lins (2009) define como um “dispositivo”: uma maquinaria de incitação que reorganiza visibilidades.

Figura 4



Imagem do canto durante os créditos finais

Fonte: Documentário da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Ao operar como uma “rua de mão dupla” (Lins, 2009), o documentário deixa de ser um relato externo para se tornar uma experiência de alteridade (Figura 4). Tal como no dispositivo analisado pela autora, onde o diretor provê o necessário e “sai de campo”, a CPT estabelece as condições para que a própria comunidade elabore sua autoimagem. Ao privilegiar a trilha sonora regional e o canto dos ribeirinhos no fim da produção, o filme valida o universo domiciliar e cultural de Portel como a base da narrativa. Para Lins (2009), essa tática desloca a noção clássica de autoria e permite que o “outro” deixe de ser objeto para se tornar sujeito da própria história, consolidando o documentário como um gesto ético de reconhecimento e resistência política.

A fim de evidenciar os contrastes entre as narrativas impostas por agentes externos e a realidade vivenciada no território, a Tabela 1 a seguir sistematiza o embate entre o enquadramento hegemônico das

empresas e o contra-enquadramento produzido pela comunidade e pela CPT, revelando as disputas de sentido sobre a floresta, a autonomia e a vida em Portel:

Tabela 1

Discurso hegemônico (empresas)	Discurso da comunidade/ documentário (CPT)
“Nós vamos trazer melhorias com o dinheiro de crédito de carbono.” Narrativa promete soluções financeiras para problemas de infraestrutura e qualidade de vida.	“Nós temos nossa autonomia e nosso modo de vida.” A comunidade mostra que não precisa de ajuda externa e que já se organiza de forma autônoma.
“Os projetos de carbono protegem a floresta, o que significa restringir o acesso e o uso dos recursos.” A narrativa enquadra a conservação como sinônimo de proibição e afastamento do ser humano.	“Nossa vida depende da floresta. Não existe proibição.” A comunidade demonstra a relação intrínseca entre o modo de vida ribeirinho e a natureza revelando que a subsistência está ligada ao ecossistema.
“Os projetos são a solução para a crise climática global.” Narrativa se enquadra como um ato de responsabilidade ambiental, ocultando os conflitos locais e as violações de direitos.	“A gente não pode vender a terra da gente.” A comunidade enquadra a terra não como mercadoria ou um ativo monetizável, mas como uma base de sua identidade, cultura e sobrevivência.

Tabela de Análise de *Framing* e Desordem Informacional

Fonte: Elaborado por Silva (2025) com base em Wardle e Derakhshan (2025) e Willoquet-Maricondi (2010)

A análise comparativa entre os discursos evidenciados na tabela revela uma profunda oposição, embora ambos os lados se articulem em torno de temas comuns, como o bem-estar da comunidade e a preservação ambiental. Essa similaridade formal, contudo, oculta a fundamental divergência de propósitos. O discurso hegemônico opera com uma lógica utilitária e econômica, na qual a floresta é enquadrada como um ativo monetizável para a geração de créditos de carbono, e a comunidade, como um ente passivo que necessita de intervenções externas para seu desenvolvimento. Essa perspectiva de dependência contrasta radicalmente com a narrativa da comunidade, que se baseia em uma lógica existencial e cultural. Para essa visão, a terra e a natureza são a base da identidade e da autonomia, e não uma mercadoria. Enquanto o discurso hegemônico promove uma solução global de mercado que exige controle e restrição do uso dos recursos naturais, a comunidade demonstra, através de sua própria subsistência, uma solução local e tradicional de interdependência com o ecossistema. Em última análise, a disputa de narrativas não se restringe a uma confrontação de fatos, mas sim a um choque entre cosmovisões opostas: uma guiada pelo mercado e controle, e a outra sustentada por autonomia e reciprocidade.

Considerações finais

As análises conduzidas neste estudo permitiram compreender como uma narrativa audiovisual, produzida fora dos grandes circuitos hegemônicos, configura-se em uma ferramenta crucial na disputa por sentido e no combate à desordem informacional. Conforme os objetivos propostos na introdução, foi possível demonstrar a relação entre o *framing* e as formas de resistência simbólica no contexto das políticas de créditos de carbono.

O estudo revelou que narrativas midiáticas sobre o tema não se limitam a veicular informações falsas, mas operam através de enquadramentos que reforçam assimetrias de poder e invisibilizam as complexidades socioambientais. O documentário da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em oposição, utiliza a linguagem do ecocinema com o objetivo de construir um novo quadro interpretativo. Ao contrapor as imagens das passarelas construídas pela própria comunidade às promessas de empresas de créditos de carbono, o vídeo desmascara a falsa conexão entre capital e bem-estar. Da mesma forma, ao mostrar a íntima relação da comunidade com a natureza, por meio da pesca e da valorização dos açaiuais, o documentário refuta o falso contexto de que a conservação exige a restrição da vida local.

Em sua essência, a pesquisa demonstrou que a resistência da comunidade Santo Ezequiel Moreno reside em sua capacidade de afirmar sua própria narrativa de autonomia e de sabedoria ecológica. O vídeo não apenas denuncia um problema, mas apresenta um modelo de convivência que tensiona a lógica de mercado. A principal contribuição deste trabalho é aprofundar o debate sobre o papel da comunicação cidadã, um direito fundamental que assegura a visibilidade e a legitimidade das vozes historicamente marginalizadas na construção de alternativas socioambientais.

Simão Farias Almeida

Professor do Curso de Jornalismo e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Interdisciplinar em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Líder do grupo de pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente: Olhares da Amazônia (UFRR/CNPq). Membro da Rede de Parceiros pela Integridade da Informação sobre Mudanças do Clima e da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental.

Boa Vista, Roraima, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8582-7485>

E-mail: simaofariasfarias@gmail.com

Daniela Batista da Silva

Discente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Integrante do grupo de pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio

Ambiente: Olhares da Amazônia (UFRR/CNPq).

Boa Vista, Roraima, Brasil.

E-mail: dannyella.batista.silva@gmail.com

Referências

ALMEIDA, Simão Farias. **Integridade da informação climática na cobertura jornalística de desastres**. João Pessoa: Ideia, 2025.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos. *In*: PERUZZO, Cicilia M. Krohling; GUAZINA, Liziane; SANTI, Vilso Junior (org.). **Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom; Gênio Editorial, 2021. p. 221-250.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Créditos de Carbono e as resistências das comunidades**. [S. l.]: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 22 mar. 2025. 1 vídeo (23 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m1D9luVtxRg>. Acesso em: 31 ago. 2025.

COSTA, Alda; VENTURA, Jússia; OLIVEIRA, Ivana; VENTURA NETO, Raul. Apontamentos interpretativos e jornalísticos sobre a Amazônia: o discurso de Bolsonaro na ONU. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 3, pág. 259-282, set./dez. 2022. <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.52398>.

HOHLFELDT, Antonio. Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação: o debate na academia. *In*: CASTRO, Daniel (Org.). **Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação**. Brasília: Ipea, 2010. p. 97-110.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA; TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. Índice de Democracia Ambiental. Disponível em: <https://democraciaambiental.org.br/pt-br/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LINS, Consuelo. Rua de Mão Dupla: documentário e arte contemporânea. *In*: MACIEL, Kátia (Org.). **Transcinemas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009. p. 327-340.

MISSIO, Francieli de Fátima. **Compensação de Crédito de Carbono: uma análise detalhada dos mecanismos REDD+ e VSC**. Mata Nativa, 25 de abr. 2024. Disponível em: <https://matanativa.com.br/compensacao-de-credito-de-carbono-uma-analise-detalhada-dos-mecanismos-redd-e-vsc/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RAMOS, Carlos Augusto Pantoja; MIRANDA, Iná Camila Ramos Favacho de; TORRES, Maurício Gonsalves. Carbono e neocolonialismo: o mercado voluntário e a espoliação das comunidades tradicionais de Portel/PA. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S.l.], v. 6, n. 6, p. 01-32, 2024.

RAMOS, Fernão Pessoa. **O que é documentário?** BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (UBI), 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 2 mar. 2026.

WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. **Desordem Informacional**: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Coleção CLE - Unicamp, v. 92. Campinas: Editora CLE, 2023.

WILLOQUET-MARICONDI, Paula (Org.). **Framing the World**: Explorations in Ecocriticism and Film. Charlottesville; London: University of Virginia Press, 2010.

Recebido em 24 de outubro de 2025.

Aprovado em 13 de março de 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.